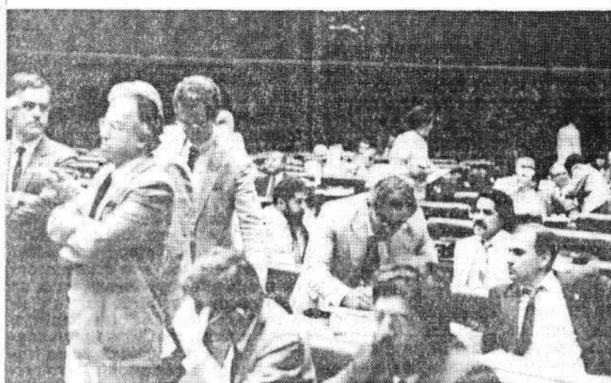


Emenda fortalece livre iniciativa

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

É assegurado a qualquer pessoa executar todas as atividades econômicas, independentemente de autorização dos órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei. Foi o que decidiu, ontem de manhã, a Comissão de Sistematização da Constituinte, ao aprovar, por 47 votos contra 42, emenda apresentada pelo deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ). A emenda amplia as oportunidades da iniciativa privada, cujo ralo de ação é hoje excessivamente limitado pelo governo, que controla, por meio de atos e portarias, o exercício de determinadas atividades.

Além disso, ao justificar sua proposta, da tribuna, Dornelles disse não fazer sentido que, por simples portarias ou decisões burocráticas, alguém possa ser impedido de imprimir listas telefônicas, por exemplo, ou de explorar serviços de bares na baía da Guanabara. "O Rio de Janeiro está há 12 anos sem lista telefônica e ninguém pode imprimi-la porque isso depende de uma concessão", salientou.



Alencar Monteiro

Comissão garante liberdade econômica do cidadão

Conforme explicou o deputado, sua emenda estabelece que o cidadão comum terá acesso a qualquer atividade econômica, exceto aquelas que constituem monopólio do Estado ou são alvo de reserva de merca-

do, se isso estiver disposto na Constituição ou em lei ordinária. "Agora essas, todas as atividades estão abertas à iniciativa privada, desde que obedecidos determinados critérios legais", afirmou.

Ainda comentando a importância de se aumentar a participação da iniciativa privada na economia do País, Francisco Dornelles citou a questão dos transportes urbanos: "Se não existe monopólio do Estado sobre linhas de ônibus, nada impede que um grupo particular se forme para explorar determinadas linhas com seus ônibus. O que é inadmissível é o Estado não explorar nem deixar que se explorem essas linhas, apenas porque uma determinada portaria ou ato estadual fixou a preferência para o governo."

Ainda ontem de manhã, quando se iniciou o exame do título VII do substitutivo Bernardo Cabral, que trata da ordem econômica e financeira, o deputado Aluizio Campos (PMDB-PB) tentou fazer aprovar emenda de sua autoria dispondo sobre a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, em bases não inferiores a 20% do resultado líquido anual. Mas foi considerada "prejudicada" por não ter alcançado quorum (47 votos) para aprovação ou rejeição: recebeu 32 votos a favor e 42 contra.

Só Congresso pode autorizar novas estatais

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A criação de novas entidades de administração pública ou de subsidiárias não vai mais depender da decisão do Executivo, mas da autorização do Congresso, de acordo com a emenda do deputado Aluizio Campos (PMDB-PB), aprovada ontem pela Comissão de Sistematização, por 76 votos contra nove e uma abstenção. A emenda será incorporada ao artigo 194 do título referente à ordem econômica e financeira, no capítulo dos princípios gerais, da intervenção do Estado, do regime de propriedade, do subsídio e da atividade econômica.

Outro destaque aprovado ontem pela Sistematização, por 56 votos contra 28, foi o do deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA). O destaque prevê que uma lei ordinária criará o estatuto da empresa pública para regulamentar as relações destas empresas com o Estado e com a sociedade. Já a proposta do deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ), de criação de um tribunal administrativo de defesa econômica, foi rejeitada pela Sistematização.

Aprovado o artigo 194 do anteprojeto constitucional ficou estabelecido que a intervenção do Estado no domínio econômico e o monopólio só serão permitidos quando necessários para atender aos imperativos da segurança nacional ou for relevante ao interesse coletivo, conforme definidos em lei. As empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações da União somente serão criadas por lei e ficarão sujeitas ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias.

Mantida a definição de empresa nacional

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A Comissão de Sistematização manteve ontem o texto original do substitutivo Bernardo Cabral, que considera empresa nacional a pessoa jurídica constituída e com sede no País, cujo controle decisório e de capital votante esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no País, ou por entidade de direito público interno. Foi rejeitada emenda que pretendia substituir a expressão "pessoas físicas" por "brasileiros". O dispositivo é o artigo 192 do substitutivo.

O plenário aceitou ainda, por 88 votos a favor e uma abstenção, emenda do deputado Ubiratan Spinelli (PDS-MT), remetendo à lei ordinária determinação para que sejam instituídos programas destinados a fortalecer o capital nacional e melhorar sua competitividade interna e externa. Outra emenda, de iniciativa do deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), determina que na aquisição de bens e serviços o poder público dará tratamento preferencial à empresa nacional.

Foi rejeitada emenda do deputado Aroldo de Oliveira (PFL-RJ), que pretendia alterar o conceito de empresa nacional, criando duas classificações: uma, a empresa de capital exclusivamente brasileiro e outra de capital misto ou estrangeiro.

Em consequência das votações o artigo 192 passou a ser assim redigido, com seus parágrafos e incisos:

"Art. 192 — Será considerada empresa nacional a pessoa jurídica constituída e com sede no País, cujo controle decisório e de capital votante esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas

domiciliadas no País, ou por entidades de direito público interno.

Parágrafo 1 — será considerada empresa brasileira de capital estrangeiro a pessoa jurídica constituída, com sede e direção no País, que não preencha os requisitos deste artigo.

Parágrafo 2 — a lei instituirá programas destinados a fortalecer o capital nacional e melhorar suas condições de competitividade interna e internacional, mediante:

I — incentivos e benefícios fiscais e creditícios diferenciados;

II — proteção especial às atividades consideradas estratégicas para a defesa nacional ou para o desenvolvimento tecnológico;

III — na aquisição de bens e serviços, o poder público dará tratamento preferencial à empresa nacional."

DISCUSSÃO

Primeiro, o deputado Paes Landim (PFL-PI) tentou fazer aprovar uma proposta suprimindo o art. 192 do substitutivo Bernardo Cabral, que define o que é empresa nacional. Mas ela foi recusada por 76 votos contra 16.

Landim justificou a proposta dizendo ser essa definição própria da legislação ordinária, da Lei das Sociedades Anônimas e outras.

Ele recebeu o apoio do senador João Menezes (PFL-PA). "Não podemos ser freio ao progresso do País" — disse. "Não podemos ter medo do capital estrangeiro."

A proposta foi combatida pelo deputado José Genoino (PT-SF) que, embora socialista, afirmou não poder deixar de chamar a atenção do empresário nacional para a importância da definição. E o deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE) disse que lhe custava crer que no Congresso Nacional ainda existissem vozes contra um tratamento preferencial para as empresas nacionais.

Missão da UBE, opor-se à esquerda

MANAUS
AGÊNCIA ESTADO

"A União Brasileira de Empresários (UBE) foi criada para neutralizar o avanço da esquerda atuante na Assembleia Nacional Constituinte, que quer levar o País ao caos, porque muita coisa que está saindo na Constituinte é contra os interesses nacionais." A afirmação foi feita ontem pelo presidente da Federação das Indústrias do Amazonas (Fieam), João Furtado, ao garantir que os empresários não estão satisfeitos com a política econômica do governo e que, por isto, "vêm com bons olhos o nome de Antônio Ermírio de Moraes" para substituir o ministro Bresser Pereira, na condução da economia nacional.

João Furtado observou que a Constituinte tem aprovado questões que vão contra os interesses nacionais, "porque a esquerda é quem está dando as cartas". afirmou ainda que não é contra a estabilidade de emprego, aprovada pela Comissão de Sistematização. A seu ver, a estabilidade é necessária, "mas nos termos em que está colocada só trará prejuízos ao empregado e ao empresário". Para ele, "quem faz a estabilidade é o próprio empregado, porque não se demite um bom funcionário".

Quando à redução da jornada de trabalho, o presidente da Fieam lembrou que o Brasil não se pode dar ao luxo de reduzir a jornada de trabalho, "apenas para contentar interesses outros que não os do País".

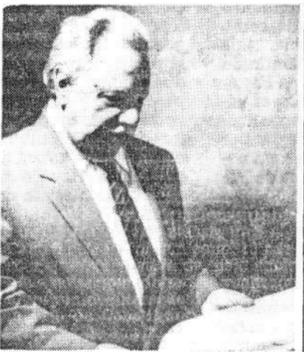
Na sua opinião, outro problema que deve afetar seriamente o desempenho industrial brasileiro refere-se à licença de 120 dias após o parto, já aprovada pela Sistematização. "Da maneira como foi colocada pela Constituinte, a mulher será totalmente marginalizada do mercado de trabalho", finalizou o presidente.

Centrão chega aos 310 nomes e espera mais

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Sem excluir os parlamentares que retiraram suas assinaturas, o Centrão estava ontem com 310 adesões e a expectativa de mais apoio até a noite, quando será formalizado o projeto de alteração do regimento interno da Constituinte, para apresentação de emendas à proposta de Constituição da Comissão de Sistematização.

Pelo levantamento de ontem do deputado Dasso Coimbra (PMDB-RJ) — dos 310 signatários, 130 são do PMDB, 116 do PFL, 30 do PDS, 16 do PTB e 18 dos demais partidos — PDT, PL, PDC, PMB. Em todos os Estados há adeptos do Centrão. Do PMDB, porém, não há signatários do Piauí e Alagoas. Do PFL há signatários de todos os estados e territórios. Dos 60 deputados de São Paulo,



Dasso Coimbra

Nova Carta, novos partidos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O líder do PDT, Brandão Monteiro, previu ontem a reformulação partidária, imediatamente após a promulgação da nova Constituição do País, concordando com previsão idêntica do presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho.

"Depois de encerrados os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, veremos o quanto a reforma partidária é viável e necessária. A composição dos partidos não corresponde a seus programas. Nas grandes agremiações, há muita divisão ideológica. Por isso, haverá alinhamento natural dos que pensaram igual e votaram igual na feitura da nova Constituição", disse o deputado fluminense.

"Se o presidente José Sarney aproveitar o Centrão para reagir contra o Ulysses Guimarães, fará um novo

34 apolaram o Centrão, sendo 14 do PMDB, seis do PFL, quatro do PDS, oito do PTB e dois de partidos menores.

O coordenador da comissão temática do grupo, deputado José Lins (PFL-CE), informou que espera selecionar, no máximo, de 30 a 40 destaques (pedidos de votação em separado), dos 300 previstos, a disposição já aprovados pela Comissão de Sistematização. Para surpresa de José Lins, foram poucos os pedidos para alterar a jornada semanal de 44 horas — aprovada na Comissão de Sistematização.

O parlamentar cearense disse que os estudos da coordenação de questões temáticas envolvem, principalmente, reforma agrária, definição de empresa nacional, capital estrangeiro, férias e estabilidade.

O deputado José Lins reuniu-se ontem com os líderes Carlos Sant'Anna (governo) e Amaral Neto (PDS), deputados Jorge Vianna (PMDB), Luiz Eduardo (PFL) Eraldo Tinoco (PFL) e outros, para examinar as matérias que o Centrão pretende alterar. Ficou decidida a seleção de propostas, para evitar repetição e excesso.

Os líderes do Centrão acreditam que o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, concordará com as alterações regimentais, para permitir emendas ao projeto da Comissão de Sistematização, na votação em plenário. Caso contrário, haveria obstrução dos trabalhos, provocando o "impasse".

Dasso Coimbra assegurou que até hoje terão conseguido 320 assinaturas, já excluindo as que foram retiradas — Fernando Gasparian (PMDB) Cid Sábato Carvalho (PMDB), Chico Humberto (PDT), Adroaldo Steck (PDT) e José Fernandes (PDT).

vo e grande partido. Do contrário, perde oportunidade histórica. Porque está claro que quem se opõe ao Centrão, que é maioria, é o doutor Ulysses", disse o líder do PTB, Gastone Righi.

Muito contido, o líder do PFL, José Lourenço, admitiu o surgimento de novo partido reunindo deputados do PMDB, PFL e do PDS.

"É impossível dizer o que vai acontecer", afirma o líder do PDS, Amaral Neto. E explica: "O Centrão tem de tudo, uns 125 do PMDB, outro tanto do PFL, 32 do PDS, 16 do PTB, cinco do PL, seis do PDC e dois do PDT. É uma reunião de gente de todos os partidos. É impossível dar um palpite".

O senador Saldanha Derzi (PMDB-MS) não admite deixar o PMDB onde somos maioria. Os incomodados que se retiram. Não vamos formar novos partidos".

Ulysses já admite apoiar alterações

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, admitiu ontem pela primeira vez apoiar as alterações que o grupo Centrão vai propor ao regimento interno, aceitando emendas de plenário, desde que não impliquem substitutivo global ou mudanças de capítulos e títulos inteiros do substitutivo da Comissão de Sistematização.

Ele passou a tarde de ontem conversando com líderes de todos os partidos, acertando a sessão convocada para as 21 horas de hoje, na qual o Centrão vai formalizar o projeto de resolução que vai permitir a apresentação de emendas no plenário da Constituinte, o que é proibido no regimento em vigor.

"O substitutivo global não teria receptividade por parte dos constituintes — explicou Ulysses Guimarães — porque o substitutivo de Bernardo Cabral já foi suficientemente debatido." Ele considera viável o oferecimento de emendas a artigos, parágrafos e incisos, com o objetivo de aperfeiçoar o texto da futura Constituição.

Ulysses Guimarães afirmou que vai aproveitar a sessão de hoje à noite para fazer novo apelo aos constituintes no sentido de que os trabalhos sejam acelerados e a nova Constituição poss ser promulgada ainda este ano.

Sindicalistas criam movimento próprio

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Cerca de 50 dirigentes sindicais reunem-se quarta-feira em Brasília para organizar o "Movimento de defesa das conquistas dos trabalhadores na Constituinte", resposta ao movimento criado pelos empresários para derrubar, em plenário, direitos como a estabilidade no emprego, a jornada de 44 horas semanais, a imprescritibilidade das reclamações trabalhistas e o pagamento da hora extra em dobro.

Segundo o presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília, José Sampaio de Lacerda Júnior, a intenção é redigir um manifesto à Nação de denúncia do Centrão, um grupo de parlamentares "de postura conservadora, capitaneada pelo Palácio do Planalto". Na verdade, o trabalho dos sindicatos na Constituinte não se deve restringir apenas aos direitos trabalhistas. Eles preocupam-se também com as propostas de privatização de empresas estatais: "A livre iniciativa não é livre e nem tem iniciativa", acusa o presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília, lembrando que a Secretaria da Receita Federal deixou de arrecadar, no ano passado, Cz\$ 123 bilhões por isenções tributárias e outras isenções.

Engenheiro faz queixa contra Erasmo

O deputado estadual Antônio Erasmo Dias, ex-secretário da Segurança de São Paulo, está sendo acusado de ter ameaçado de morte o engenheiro Celso Rolim, de 34 anos, em frente a banca de jornais da rua Peixoto Gomide, próximo ao hospital 9 de Julho. Erasmo foi chamado de marajá, mandou Celso repetir e ao ouvir pela segunda vez a acusação de marajá, desceu do Opala da Assembleia Legislativa sacou de uma automática e a apontou para o engenheiro. Policiais militares da Ronda Setorial foram chamados e como Celso Rolim não se identificou foi levado ao 4º Distrito Policial onde o delegado Everardo Tanganeli registrou um boletim de ocorrência por desinteligência. O engenheiro confirmou ter chamado Erasmo Dias de marajá dizendo que paga impostos e não era motivo para ser ameaçado de morte. O deputado prometeu que estaria no Distrito Policial mas não apareceu.

Academia lança livros de Gandra

A Academia Internacional de Direito Econômico e Economia, que tem o objetivo de ampliar os estudos e pesquisas referentes ao direito e à economia, promove hoje o lançamento de três livros de autoria do advogado e professor Ives Gandra Martins, especialista em direito tributário.

São os seguintes: "Roteiro para a Constituição", "Parlamentarismo e Presidencialismo" e "A Nova Classe Social". O autor lembra que a academia, da qual é o presidente, procura avançar no conhecimento de uma ciência ainda pouco explorada (o direito econômico), fazendo com que os economistas conheçam mais direito e os juristas mais economia.

A academia possui 40 membros fixos, dos quais 18 são juristas e 18 economistas, selecionados entre os profissionais de maior expressão no País. Além desses 40 acadêmicos, foi só serão substituídos por morte, que abre a participação para sócios colaboradores.